

Instituto de
conhecimento:

PT

1ª Edição

Compras públicas:
da negociação
à execução de acordos quadro

Formação avançada

outubro 2025

for bright minds

Abreu:advogados

As Centrais de Compras Públicas: o seu impacto e a sua relevância

As Compras Públicas cruzam rigorosas exigências legais com objetivos de eficiência, sustentabilidade e boa gestão dos recursos públicos.

A crescente sofisticação dos procedimentos exige dos candidatos e concorrentes um domínio simultâneo da vertente jurídica e de competências negociais associadas a todo o processo de formação e, depois de execução, do contrato. Esta formação visa preparar os formandos para este desafio, integrando duas perspetivas complementares: **uma visão jurídica das centrais de compras e dos acordos quadro**, assente no Código dos Contratos Públicos (CCP) e na legislação complementar, e uma **abordagem prática à negociação, planeamento e gestão estratégica da aquisição pública**, essencial para quem contrata com a Administração Pública.





Destinatários

- Altos quadros da Administração, com o pelouro da contratação pública;
- Chief Procurement Officers;
- Gestores de Contratos;
- Técnicos e Comerciais, na área da contratação pública.

Condições de Admissão:

- Licenciatura;
- Experiência profissional relevante na área;
- Preenchimento do formulário de candidatura;
- Submeter CV ou perfil de LinkedIn.

Candidatura sujeita a validação

Objetivos

Com um grande foco na multidisciplinarietà, esta formação permite:

- **Proporcionar conhecimentos técnicos e legais** aos participantes para torná-los aptos a interpretar e aplicar o regime jurídico da contratação pública, no que diz respeito às centrais de compras públicas;
- **Desenvolver competências negociais** aplicadas a este contexto;
- **Identificar e mitigar riscos** legais e operacionais dentro dos processos de aquisição;
- **Compreender todas as fases críticas do procedimento de contratação**, desde o planeamento, à apresentação de proposta até à execução.



Agenda

Formato: Formação presencial no auditório Abreu Advogados em Lisboa

Datas: 16, 21, 24, 27 e 29 de outubro

Horário: 14h00 – 18h00

Duração das sessões: 4h

Duração total: 20h

Idioma: Português

Preço: 1450€ (Isento IVA).

*condições especiais para Alumni e Clientes Abreu.

Nota Importante:

A realização deste curso está condicionada a um número mínimo de participantes.

Recomendamos que garanta sua pré-inscrição o quanto antes para assegurar sua vaga e viabilizar a abertura da formação.

**Early bird*:
20% desconto**

*Inscrições até
15 de setembro



Inscreva-se



Metodologia

Esta formação é baseada numa metodologia teórico-prática.

Conteúdos programáticos

- O normativo e a sua aplicabilidade do Sistema Nacional de Compras Públicas: a essência ou a (in)existência de uma central de compras;
- O Sistema Nacional de Compras Públicas;
- Vantagens e racionalização da despesa pública;
- A formulação e a tramitação dos acordos quadro;
- Divisão do objeto dos acordos quadro em lotes: critérios, regras e princípios;
- A apresentação das candidaturas e das propostas: direitos, deveres e garantias;
- Critérios de adjudicação, fatores e subfatores de avaliação das candidaturas e propostas;
- Os critérios ecológicos: resoluções do Conselho de Ministros n.ºs 13/2023, de 10 de fevereiro e 132/2023, de 25 de outubro;
- A monitorização do contrato e as sanções contratuais;
- A figura do gestor de contrato;
- Acordos quadro e Tribunal de Contas;
- Especificidades do Tribunal de Contas, no caso das centrais de compras públicas;
- Cessão de posição contratual e alteração do controlo acionista nos acordos quadro;
- Revisão de preços nos acordos quadro e reequilíbrio económico financeiro (REF) nos acordos quadro;
- A possibilidade de atualizações dos acordos quadro fundamentadas no reequilíbrio económico financeiro.

Coordenadores do curso



Luís Fábrica
Consultor da Abreu Advogados e professor da Faculdade de Direito na Universidade Católica Portuguesa



Mafalda Teixeira Abreu
Sócia Contratada da Abreu Advogados



João Barroso
Diretor de Compras Públicas, na Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública I.P. (eSPap I.P.)

Formadores



Ana Simões Ferreira
Sócia contratada e integra a Abreu Advogados desde 2011, trabalhando essencialmente em assuntos de contratação pública e de regulação nas áreas do ambiente e da saúde. Conta com uma vasta experiência no acompanhamento de várias entidades públicas em procedimentos de contratação pública e execução contratual.



Filipa Calheiros Ferraz
Advogada Associada na Abreu Advogados desde 2024, trabalhando essencialmente na área de Direito Público & Ambiente. Tem exercido a sua atividade na área de Direito Público, designadamente em contencioso administrativo e em contratação pública, na preparação e acompanhamento de procedimentos de contratação pública, assim como no respetivo contencioso pré-contratual e contratual.



João Barroso
Diretor de Compras Públicas, na Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública I.P. (eSPap I.P.) desde 2014, tendo a responsabilidade de gerir o Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) e o Parque de Veículos do Estado (PVE). Antes de se especializar em processos de Procurement e Sourcing, cuja actividade desempenha desde 2004, desenvolveu ainda funções no sector de e-commerce no Banco Santander, na Direcção de Canais Complementares (HomeBanking, NetBanco Empresas e PyMarket) do Banco Santander e no sector de Telecomunicações na ONI.

Formadores



Luís Fábrika

Consultor da Abreu Advogados desde 2012 e professor da Faculdade de Direito na Universidade Católica Portuguesa, trabalhando essencialmente nas áreas do Direito Administrativo, do Direito do Ambiente e do Direito Bancário. Intervém regularmente em procedimentos concursias no domínio da contratação pública, assim como no respetivo contencioso pré-contratual e contratual.



Mafalda Teixeira de Abreu

Sócia Contratada da Abreu desde 2018, co-coordena o setor de Projetos e Financiamento Estruturado, trabalhando essencialmente na vertente de direito público dos projetos nacionais e internacionais, em contratos de investimento e em matérias de contratação pública e respetivo contencioso administrativo.



Ricardo Branco

Consultor da Abreu Advogados desde 2015, trabalhando essencialmente nas áreas do Direito Público e Ambiente, nomeadamente do Direito Constitucional aplicado, do Direito Administrativo geral, do Contencioso Administrativo, do Direito dos Resíduos, do Direito do Urbanismo, do Direito dos Recursos Naturais e do Direito da Energia.



Instituto de
conhecimento:



Winner Innovative Lawyers Award Europe 2023
"Innovation in Skills Development"

Shortlisted Innovative Lawyers Award Europe 2024
"Innovation in Regulatory Solutions"

O Instituto de Conhecimento é uma associação sem fins lucrativos, certificada como entidade formadora pela DGERT. Tem como missão a produção e partilha de conhecimento relevante para a prática jurídica. Realiza formação interna e externa, de inscrição aberta ou *tailor made*, para empresas e outras organizações.

Mantém colaboração com universidades, centros de investigação e empresas, apoiando a Abreu Chair in ESG Impact na Nova School of Law e a Abreu Professorship in Law and Innovation na Católica Global School of Law.

O Instituto de Conhecimento tem como eixos estratégicos a Inovação, a Tecnologia e a Sustentabilidade, tendo sido reconhecido pelo Financial Times em 2023 com o prémio "Innovation in Skills Development", e uma nomeação na categoria "Innovation in Regulatory Solutions" em 2024 nos Financial Times Innovative Lawyers Awards Europe.



for bold minds

Instituto de
conhecimento:

for bright minds

Want to know more?

Follow us

institutoconhecimento@abreuadvogados.com

abreuadvogados.com



Inscreva-se

+11,00.00

Abreu:advogados